

AVALIAÇÃO EXTERNA DA ESCOLA CONTRADITÓRIO

1

O Agrupamento de Escolas Miguel Torga e as escolas que o compõem têm um passado e uma identidade forte que resulta do trabalho, actividades e projectos desenvolvidos que são reconhecidos pela comunidade com quem e para quem trabalha. O relatório de avaliação externa do Agrupamento e os seus resultados agora apresentados fazem esse reconhecimento mas ficam aquém das nossas expectativas.

Importa por isso partilhar as suas conclusões entre a comunidade educativa aproveitando a oportunidade para analisar e reflectir do ponto de vista da melhoria da organização escolar, para complementar aspectos incompletos ou insuficientemente relevados, e também para contraditar a classificação atribuída nalguns domínios.

Nesse sentido o presente relatório foi entregue aos órgãos de administração e gestão, nomeadamente ao conselho geral, ao conselho pedagógico, à direcção do agrupamento e representantes dos encarregados de educação para tornar mais alargada a tomada de consciência dos pontos fortes e fracos a necessitar de melhoria.

Recolhidas as várias participações dos órgãos acima referidos e, devidamente confrontadas com a escala de avaliação e respectivos domínios de classificação, foi possível estabelecer um conjunto de tópicos principais que vão servir de base ao contraditório que a seguir se apresenta.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

A caracterização do Agrupamento apresentada indica os aspectos principais: o número de escolas, o número de alunos por níveis de escolaridade e oferta formativa, os alunos estrangeiros e sua origem, o número de alunos com ASE, as habilitações académicas e profissionais das famílias e ainda uma breve caracterização do pessoal docente e não docente.

O relatório, bastante descritivo, não realça, em nossa opinião, alguns aspectos identitários da actual realidade sociológica do Agrupamento, designadamente:

- O número de alunos estrangeiros indicado, não dá conta da importância que tem a imigração no contexto escolar. De facto, através de investigação interna pela equipa de auto-avaliação, foi possível concluir que o número de alunos imigrantes ou descendentes é bastante superior ao número de alunos estrangeiros (cerca de 1/3 do total dos alunos do Agrupamento). A existência destes alunos coloca sobretudo problemas ao nível do trabalho da língua materna a que o Projecto Educativo e Curricular tentam dar resposta.

- Apesar de referido o número total de alunos com ASE, não está devidamente sublinhada a importância que tal facto tem na caracterização dos alunos enquanto factor limitativo de partida, na obtenção de sucesso escolar.

A proveniência de uma parte dos alunos de bairros sociais, apesar de referido mais adiante (1.3 – Comportamento e disciplina, p.6) não aparece como um marcador relevante na caracterização do Agrupamento, facto abundantemente referido no nosso texto de apresentação uma vez que o consideramos um factor condicionante do sucesso educativo dos alunos. Por outro lado explica a existência de um grupo de alunos com pouco apoio familiar, muitos deles em risco de abandono escolar e que por isso são acompanhados por instituições tutelares educativas.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

Sucesso académico.

Neste capítulo é dada evidência ao facto das taxas de conclusão nos três ciclos de escolaridade, no triénio 2006-2007, 2007-2008 e 2008-2009, serem sempre inferiores à média nacional. A situação repete-se nos resultados das provas de aferição do 4º e 6º ano, nas disciplinas de L. Portuguesa e Matemática assim como nos exames nacionais de 9º ano nas referidas disciplinas.

Não contestando o valor do critério da média nacional utilizado, ele não pode constituir-se como o indicador mais forte para caracterizar a evolução dos resultados académicos de uma qualquer organização escolar. O contexto físico e social onde se inserem as escolas actua como factor de constrangimento na obtenção de elevados resultados escolares pelos alunos.

3

No caso concreto do Agrupamento de Escolas Miguel Torga, inserido num contexto social de grandes constrangimentos económicos, sociais e culturais (V. caracterização do contexto físico e social do Projecto Educativo e texto de apresentação) importa mais acompanhar a evolução dos resultados escolares ao longo do tempo no sentido de verificar eventuais progressos.

Ora da análise efectuada pela equipa de auto-avaliação resultaram as seguintes conclusões:

- A taxa de insucesso/retenção do Agrupamento nos 3 últimos anos por ciclo, apesar de alguma irregularidade, coincidente aliás com os dados nacionais, mostra uma evolução positiva com aproximação às médias nacionais.

No 1º ciclo a taxa de retenção evolui no triénio considerado de 12,6%, 6,9% e 9,1%. No 2º ciclo (18,9%, 14,4%, e 17,2%) e 3º ciclo (25,3%, 16,9% e 23,8%) verifica-se uma tendência semelhante. Ou seja, apesar dos constrangimentos do contexto já enunciados foi possível neste triénio proceder a uma baixa da taxa de retenção nos 3 ciclos.

- Passando agora aos resultados das provas de aferição e exames nacionais em Matemática (4º, 6º e 9º anos) ao longo dos três anos considerados, verificamos também uma evolução positiva: no 1º ciclo a percentagem de alunos com classificações negativas baixa face ao ponto de partida do triénio (45% - 29% - 36%); no 2º ciclo (62,9% - 26,4% - 51,3%) e 3º ciclo (84% - 48,1% - 52,5%).

- Por sua vez a descida do abandono escolar foi também significativo: baixou da casa dos 4% para 1,2% em 4 anos.

- Mais importante é sem dúvida a capacidade que a escola tem demonstrado na recuperação de alunos: Cerca de 2/3 dos alunos com planos de recuperação conseguiu transitar em 2008-2009.

Estamos conscientes que os resultados conseguidos pelos nossos alunos estão aquém do que seria desejável e do que várias escolas conseguem. Contudo não podemos deixar de nos orgulhar que alunos com um conjunto de limitações de partida tenham conseguido apresentar melhorias que nalguns casos são significativas.

4

1.2. Participação e desenvolvimento cívico

A par do reconhecimento da existência de “um conjunto diversificado de iniciativas orientadas para a apropriação de atitudes e valores de cidadania e de intervenção social e cívica” (p. 6) é apontado que o aluno representante da turma (delegado) “não está envolvido na elaboração do projecto educativo, nem na programação de actividades ao nível do Agrupamento” (p.6). Aliás na mesma linha já na p. 3 tinha sido referido no relatório que “a falta de participação dos alunos na concepção e elaboração dos documentos orientadores de acção educativa inviabiliza a promoção da sua responsabilidade”. Não nos revemos neste quadro. A multiplicidade de actividades que é proporcionada aos alunos parte normalmente da manifestação dos seus interesses, na fase de caracterização dos projectos curriculares de turma. Por sua vez não podemos esperar que alunos com um baixo nível etário participe na fase de elaboração de documentos com elevado grau de complexidade e conhecimentos.

Aos alunos é solicitada a apresentação de propostas para o regulamento interno quer em reuniões de delegados e sub-delegados ao longo do ano lectivo quer em sede de sala de aula na negociação das suas regras de funcionamento, de que são evidência a existência de cartazes nas salas de aula.

1.3. Comportamento e disciplina

Por fim, na p. 6, as conclusões apresentadas sobre o comportamento e disciplina são demasiado condicionadas pelos dados de 2008-2009, ano lectivo que possui o conjunto de dados mais completo. O facto de em 2008-2009 mais alunos terem sido suspensos que 2007-2008 não representa um agravamento da indisciplina mas sim uma maior preocupação da comunidade escolar na sua prevenção que se reflecte num maior rigor com o seu registo. Aliás o esforço que é reconhecido ao Agrupamento na

valorização e impacto das aprendizagens junto dos alunos e famílias não pode deixar de constituir uma resposta adequada aos problemas diagnosticados.

Em suma, considerando a melhoria dos resultados escolares nos itens apresentados, a redução do abandono escolar conseguida, a recuperação dos alunos com apoio/planos de recuperação, considerando ainda as acções de prevenção da indisciplina e as medidas desenvolvidas para a interiorização de atitudes consonante com os valores do Projecto Educativo, entendemos que seria adequada a classificação de Bom neste domínio.

5

2. Prestação do serviço educativo

2.1. Articulação e sequencialidade

Concordamos genericamente com a avaliação efectuada neste domínio se bem que existam alguns aspectos que gostaríamos de ver clarificados.

- É referido que “Os alunos do 1º ciclo deslocam-se pontualmente à escola sede para realizarem experiências no laboratório aberto e participarem na semana cultural” (p.7). Para além de serem mais numerosas estas deslocações pontuais (festa de Natal com alunos de todas as escolas do agrupamento, desfile de Carnaval por todas as escolas com alunos do pré-escolar e 1º ciclo, visita dos alunos de 4º ano à escola sede de forma a preparar a transição ao 2º ciclo, participação de todas as crianças do pré-escolar e 1º ciclo nas actividades do dia da Terra com grande envolvimento das actividades de enriquecimento curricular) reflectem um trabalho de articulação curricular entre os vários ciclos e entre as actividades curriculares e extra-curriculares, pelo que é muito redutor caracterizar este procedimento como “pontual”.

2.3. Diferenciação e apoios

Para além dos aspectos referidos neste capítulo (trabalho da equipa de educação especial, a articulação com instituições externas, o apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem, as tutórias, a sua monitorização e avaliação) importa acrescentar o apoio no âmbito do PLNM. O Agrupamento Miguel Torga desde há bastante tempo,

mesmo antes da publicação do Despacho nº7, efectuou um trabalho de levantamento dos alunos de PLNM, que levou à elaboração de teste diagnóstico e de dossier de actividades de apoio pelos professores.

2.4 Abrangência do currículo

6

Este capítulo ficaria por certo incompleto sem a referência ao trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Leitura que desde o seu início foi implementado em todas as turmas do pré-escolar e 1º ciclo (1 hora de leitura) e do 2º e 3º ciclos (1 tempo lectivo no Estudo Acompanhado) o qual tem contribuído para o aumento dos índices de leitura entre os alunos.

3. Organização e gestão escolar

As conclusões apresentadas neste domínio são bastante positivas apesar de algumas referências necessitarem de uma maior contextualização.

No capítulo 3.3. “Gestão dos recursos materiais e financeiros” é devidamente sublinhado o cuidado na manutenção e higiene dos diferentes espaços escolares e do esforço que Direcção e Câmara Municipal da Amadora (CMA) têm dedicado. Contudo os constrangimentos apontados nesta área à Escola B. 1 de Ricardo Alberty (Boba) (degradação do revestimento interior e exterior, falta de gradeamentos protectores, excesso de envidraçados, recreios propiciadores de acidentes) parecem indicar falta de atenção das instituições responsáveis. Na verdade tais situações estão já inventariadas há muito e existe um plano de recuperação das instalações e rectificação de alguns equipamentos que aguarda apenas o devido cabimento orçamental.

Por outro lado ao referir-se que o Jardim-de-Infância e escolas do 1º ciclo não beneficiam de equipamentos informáticos nem de ligação à internet é bastante redutor da realidade existente e do esforço que foi realizado, induzindo um observador externo em erro. Na verdade a EB1 de Martinho Simões dispõe já há alguns anos de um computador com impressora por sala (no total de 12), um Centro de Recursos com 8 computadores e 3 impressoras e ligação à internet, 2 projectores multimédia e 3 computadores portáteis. A EB1 Ricardo Alberty tem também um centro de recursos

com 7 computadores com ligação à internet, duas impressoras, 2 computadores portáteis e 2 projectores multimédia. Está em fase de instalação um computador por sala e a CMA estuda neste momento um projecto de instalação de rede de área local em todas as escolas. O Jardim-de-Infância não dispõe de computadores por sala mas conta com 2 computadores com ligação à internet. Estamos pois bem longe de uma era pré-informática.

7

Importa ainda referir que a inexistência de planos de prevenção e emergência homologados no Jardim-de-Infância e escolas do 1º ciclo, visto como um ponto fraco, deve-se à inexistência de plantas do edifício, o que tem impedido a sua conclusão.

3.4. Participação dos pais

Não podemos concordar de forma alguma que a participação dos pais e encarregados de educação seja diminuta ou mesmo inexistente (p.10). No Conselho Geral têm assento 6 representantes dos encarregados de educação, no Conselho Pedagógico existe um representante e a maioria das 61 turmas do Agrupamento elegeu os seus dois representantes por turma. Se apenas uma Associação de Pais está activa não podemos esquecer os esforços que a Direcção e alguns pais têm feito para reactivar as associações existentes.

A realidade que detectámos e que pretendemos alterar com o Projecto Educativo é um pouco diferente: por um lado aumentar as taxas de participação dos encarregados de educação nas reuniões do 1º período para valores semelhantes aos do 3º período (75% no 2º e 3º ciclo) e aumentar o número de pais que justificam faltas dos alunos. Por outro lado identificar um grupo de pais (bastante restrito mas importante uma vez que se identifica com um grupo de alunos com mais insucesso) que nunca comparece nem acompanha a vida escolar dos seus educandos de forma a alterar os seus comportamentos.

4. Liderança

A leitura do conteúdo das conclusões deste capítulo mereceu a concordância dos órgãos da escola, com excepção da classificação atribuída. A qualidade das iniciativas

reconhecidas nos seus 4 capítulos, com especial destaque no 4.4. mereciam em nossa opinião uma classificação de Muito Bom. A adequação da estratégia seguida no Projecto Educativo, a motivação dos vários intervenientes e responsáveis, a abertura à inovação e à comunidade local / sociedade civil com o estabelecimento de projectos inovadores (a que não podemos deixar de referir o carácter precursor da Orquestra Geração), com inúmeros e importantes parceiros (Câmara Municipal da Amadora, Conservatório Nacional, L'Oreal, Rui Romano, Fundação Gulbenkian, Escola de Judo Nuno Delgado, Fundação Benfica, Centro de Saúde, AJPAS, Santa Casa da Misericórdia) justificaria plenamente uma melhor classificação.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

A classificação atribuída neste domínio parece-nos claramente empobrecedora do trabalho notável que as escolas, com grande insuficiência de meios, têm realizado.

É referido que o processo de auto-avaliação não abrangeu a auscultação dos vários elementos da comunidade educativa sobre o funcionamento dos diferentes sectores e serviços...” Ora tal não é verdade. O agrupamento sempre procedeu à auscultação dos vários elementos da comunidade (pessoal docente e não docente, pais e encarregados de educação, alunos) aquando da elaboração do seu Projecto Educativo (V. em anexo os inquéritos utilizados e também os seus resultados vertidos nos projectos educativos de 2005 e 2009).

Reconhecemos que o Relatório de Auto-Avaliação (apenas considerado como instrumento de autonomia no Decreto Lei nº 75/2008, de 22 de Abril) necessita de ser reestruturado para comportar e sistematizar a recolha de informação, nalguns casos dispersa, efectuada em vários domínios.

De facto a auscultação dos vários elementos da comunidade que efectuamos não se resume a um questionário sobre a qualidade do serviço do refeitório e do bufete:

- Anualmente são recolhidas informações sobre o funcionamento do Plano de Ocupação dos Tempos Escolares (POTE), Gabinete de apoio ao aluno (GA), elaboração dos projectos curriculares de turma (que têm dado origem a melhorias na sua estrutura), o apoio educativo e sua eficácia, os critérios de formação de turmas e

distribuição de serviço docente, relatórios do plano de actividades, das actividades de complemento curricular dos conselhos de turma e departamentos.

- Nas reuniões trimestrais são ouvidos os alunos sobre o funcionamento do bufete e refeitório, higiene, horário dos serviços, condições de segurança e atitude dos auxiliares de acção educativa.

9

- Trienalmente é elaborado um questionário a professores, pessoal não docente, pais e alunos sobre questões problemáticas concretas para a reformulação do projecto educativo.

Por tudo isto discordamos em absoluto da conclusão final do relatório de que a inexistência de um processo de auto-avaliação alargado às várias dimensões do funcionamento organizacional “pode comprometer o desenvolvimento sustentado do Agrupamento”. Tal afirmação pressupõe que não seja produzida qualquer reflexão sobre os problemas e potencialidades sentidos pela comunidade educativa. Ora o próprio relatório apresenta factos e conclusões em praticamente todos os capítulos que provam que o Agrupamento diagnostica os seus problemas, define metas quantificadas, desenvolve acções diversificadas e consistentes, acompanha a sua execução e monitoriza os seus resultados. Algumas conclusões apresentadas no relatório de avaliação externa comprovam o que acabámos de dizer:

- - p. 3, capítulo 1. Resultados: “O Agrupamento promove um conjunto diversificado de iniciativas orientadas para a motivação dos alunos e também para a apropriação de atitudes e valores de cidadania e de intervenção social”.
- - “Tem respondido (sublinhado nosso) de forma positiva aos problemas com que se confronta” quer na componente disciplinar quer no insucesso escolar.
- - “A oferta educativa permite percursos diversificados e adequados às expectativas dos alunos”
- - Cap. 2 p. 4: “O Agrupamento garante respostas diversificadas para ultrapassar os principais problemas”
- - “A existência de medidas concretas para a prevenção de situações de insucesso...”

- “O Agrupamento, com vista à resolução destes problemas, tem implementado uma multiplicidade de actividades e acções...”, p. 6, cap. 1.3

6. Conclusão

- A existência no relatório de avaliação externa de um predomínio dos pontos fortes sobre os pontos fracos (8 contra 5);

- Os pontos fracos aí referidos (resultados académicos, falta de participação dos alunos, desrespeito pelas regras da parte dos alunos, inexistência de planos de prevenção homologados e de um processo de auto-avaliação alargado) foram suficientemente relativizados ao longo deste contraditório tendo sido devidamente realçada a sua fraca relevância face à importância dos pontos fortes.

- Multiplicidade de actividades e acções
- Respostas diversificadas
- Trabalho cooperativo entre docentes
- Articulação entre SPO – directores de turma – famílias
- Oferta educativa
- Visão e estratégia dos órgãos de gestão
- Parcerias e protocolos com a comunidade

Justifica-se por isso a revisão da classificação atribuída ao domínio 1 e 5 de Suficiente para Bom e do domínio 4 de Bom para Muito Bom.

Amadora, 7 de Maio de 2010

O Director

João Manuel Rodrigues Pereira